

FOTOGRAFIA E TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM: O CASO DE COPACABANA SOB O OLHAR GEOGRÁFICO

Pedro Henrique Garcia¹

Introdução

As cidades são permanentemente transformadas pelas ações humanas, pelos avanços técnicos, pelas intervenções do poder público e pelas dinâmicas socioeconômicas que orientam a produção do espaço. Essas transformações materializam-se na paisagem que, longe de ser um cenário estático, constitui-se como documento histórico e cultural, carregado de marcas do tempo, intencionalidades e disputas. Compreender a paisagem urbana significa, portanto, compreender as relações sociais que a produzem e os processos que sobre ela se acumulam.

Entre os diferentes recursos capazes de registrar essas mudanças, a fotografia ocupa papel central. Desde o século XIX, as imagens fotográficas capturam formas, usos, práticas e símbolos que constituem o espaço, funcionando simultaneamente como memória e representação. No contexto contemporâneo, a digitalização de acervos e a expansão de arquivos online — como Brasileira Fotográfica, Instituto Moreira Salles (IMS) e Arquivo Nacional — ampliaram o acesso a esses registros, possibilitando novas formas de pesquisa e novas leituras sobre o passado das cidades. As fotografias tornam-se, nesse movimento, não apenas fontes documentais, mas também ferramentas analíticas capazes de fomentar o desenvolvimento do olhar geográfico crítico.

Na Geografia, a utilização da imagem como recurso analítico vem ganhando destaque, especialmente a partir da valorização do olhar geográfico na compreensão do espaço. Nesse sentido, Novaes (2011) destaca que as imagens não apenas ilustram o conhecimento geográfico, mas constituem uma linguagem própria de produção e difusão desse saber, ampliando as possibilidades de interpretação e comunicação dos fenômenos espaciais.

Complementarmente, conforme Gomes (2017), o espaço não deve ser compreendido apenas como cenário, mas como produto e condição das práticas sociais, de modo que as imagens se tornam ferramentas fundamentais para relacionar espaço, tempo e cultura. Santos (1996, p. 39) já enfatizava que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações”, perspectiva que pode ser ilustrada e problematizada por meio da fotografia.

É nesse conjunto de perspectivas que se insere este artigo, cujo foco recai sobre o bairro de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro. Repetidamente representado na cultura

¹ Licenciatura e bacharelado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. O artigo foi elaborado a partir da monografia de final de curso orientada pela professora Rejane Rodrigues – email pggarcia@gmail.com

nacional e internacional, Copacabana ocupa lugar singular na paisagem carioca: é simultaneamente símbolo turístico global, território densamente habitado, espaço marcado por grandes intervenções urbanísticas e cenário de intensas disputas sociais. Desde o final do século XIX, quando ainda era área isolada da Zona Sul, até a configuração atual como bairro verticalizado, densamente ocupado e globalmente reconhecido, Copacabana passou por profundas transformações que podem ser observadas, comparadas e interpretadas por meio de fotografias históricas.

Assim, o objetivo central deste artigo é analisar as transformações históricas da paisagem de Copacabana a partir de imagens disponíveis em acervos digitais, destacando como diferentes intervenções urbanas — abertura de túneis, construção e reformas da Avenida Atlântica, desmontes de morros, verticalização, expansão turística e megaeventos — reconfiguraram o bairro ao longo do tempo. Busca-se, com isso, discutir a potência da fotografia como instrumento para o exercício do olhar geográfico, capaz de revelar as camadas temporais, as contradições sociais e as disputas simbólicas inscritas na paisagem. Ou seja, para além da análise histórico-geográfica, o artigo também dialoga com o campo da educação geográfica ao evidenciar o potencial pedagógico das imagens na construção do olhar geográfico crítico.

Paisagem, Olhar Geográfico e Fotografia: bases teóricas

A articulação entre paisagem, olhar geográfico e fotografia fornece o arcabouço teórico para esta pesquisa. A paisagem, enquanto categoria de análise geográfica, revela a materialização de processos históricos e culturais; o olhar geográfico oferece a habilidade interpretativa para perceber essas dinâmicas; e a fotografia atua como documento e mediação entre memória, espaço e interpretação.

O geógrafo estadunidense Carl Sauer, em “The Morphology of Landscape” (1925), definiu a paisagem cultural como resultado da interação entre o ambiente natural e as atividades humanas. Ao contrário da visão determinista vigente em parte da Geografia de sua época, Sauer aponta que a paisagem não é mera tela passiva, mas produto dinâmico moldado por processos históricos, econômicos e sociais, que expressam as adaptações e intervenções de grupos humanos ao longo do tempo. Essa perspectiva é fundamental para interpretar as fotografias não como meros registros visuais, mas como documentos que capturam a interação dialética entre o natural e o cultural, o passado e o presente, o planejado e o vivido.

A contribuição de Sauer foi posteriormente ampliada por autores que ressaltaram a dimensão dinâmica e dialética da paisagem. Georges Bertrand (1971) compreende a paisagem como combinação instável de elementos físicos, biológicos e humanos, constantemente modificada pela ação social. Milton Santos (1996) avança ao integrar a paisagem ao conceito de espaço geográfico, entendendo-a como a materialidade visível resultante da interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Nesse sentido, a paisagem deixa de ser apenas produto da interação entre sociedade e natureza para ser concebida também como expressão das contradições sociais e das transformações impostas pela técnica, pelo capital e pela globalização.

Paralelamente, o conceito de olhar geográfico emerge como categoria central. Gomes (2013, 2017) argumenta que olhar geograficamente significa exercitar uma observação reflexiva que percebe a paisagem como materialização visível de sistemas de objetos e ações, onde se acumulam camadas de tempo, relações de poder e conflitos sociais. O olhar geográfico é, assim, práxis interpretativa que busca desvelar o invisível social por trás do visível físico. Souza (2022) demonstra que o conceito evoluiu desde a contemplação até o trabalho de campo, consolidando o status do olhar como forma de pensamento geográfico.

A fotografia, nesse contexto, torna-se dispositivo privilegiado para o exercício do olhar geográfico. Kossoy (2001) argumenta que a fotografia é sempre um recorte do real, operado por um sujeito imerso em contexto sociocultural e técnico específico. Ela congela um instante, mas o faz a partir de escolhas conscientes ou inconscientes de enquadramento, ângulo, foco e tema. A imagem nunca é inocente: revela tanto quanto oculta, destacando certos elementos da paisagem enquanto silencia outros. Analisar uma fotografia implica interrogar não apenas o que está visível, mas também por que aquilo foi registrado de determinada maneira e o que ficou fora do quadro.

Gomes (2017) explora essa dimensão ao tratar as imagens como "janelas interpretativas" que permitem ao observador desconstruir a paisagem, identificando camadas de poder, resistência e mudança. Por exemplo, uma fotografia de 1920 pode registrar a construção dos primeiros arranha-céus em Copacabana, simbolizando a elite emergente e a especulação imobiliária; já uma imagem dos anos 2010 pode capturar intervenções estatais em resposta a megaeventos. Assim, a fotografia documenta a evolução material da paisagem e facilita a problematização de processos como valorização fundiária, segregação e turistificação.

O conceito de regime de visibilidade, conforme proposto por Gomes (2013), refere-se ao conjunto de condições sociais, técnicas e políticas que determinam o que pode ser visto, como pode ser visto e o que tende a permanecer invisível em determinada sociedade. Trata-se, portanto, de um dispositivo que organiza a visibilidade de forma seletiva, evidenciando certos elementos da paisagem enquanto oculta outros, em consonância com relações de poder e interesses dominantes. No caso de Copacabana, esse regime manifesta-se na recorrente valorização imagética da orla, dos espaços turísticos e das infraestruturas modernas, em detrimento das áreas de favela, cuja presença, embora historicamente consolidada, é frequentemente marginalizada ou silenciada nos registros fotográficos oficiais.

Portanto, a articulação entre paisagem cultural, olhar geográfico e fotografia fornece arcabouço robusto para uma análise multifacetada das transformações de Copacabana. Essa integração teórica enriquece a compreensão histórico-geográfica do bairro e fundamenta a leitura crítica das imagens como documentos que capturam disputas, interesses econômicos e práticas sociais temporalmente contextualizadas.

Procedimentos Metodológicos

A construção desta pesquisa fundamenta-se em abordagem qualitativa, de caráter interpretativo, orientada pelos princípios da análise iconográfica e da geografia cultural. Parte-se do pressuposto de que a paisagem é documento histórico e cultural (Sauer, 1925; Santos, 1996), e que a fotografia, enquanto representação visual carregada de intencionalidades, constitui dispositivo privilegiado para a interpretação dos processos socioespaciais (Kossoy, 2001).

Levantamento e seleção do material iconográfico

O primeiro passo consistiu na coleta sistemática de fotografias históricas de Copacabana entre o final do século XIX e o século XXI. Foram consultados acervos públicos e privados digitalizados: Brasileira Fotográfica (principal repositório), Arquivo Nacional, Instituto Moreira Salles (IMS), Acervo O Globo e coleções de fotógrafos históricos como Marc Ferrez e Augusto Malta. Paralelamente, realizou-se levantamento de fontes textuais e cartográficas para contextualização: jornais e revistas de época, legislação urbanística, obras de referência sobre história urbana do Rio de Janeiro (Abreu, 1987; O'Donnell, 2013) e mapas históricos.

O levantamento iconográfico foi realizado ao longo de aproximadamente 12 meses, envolvendo a consulta sistemática a acervos digitais públicos e privados. Ao todo, foram analisadas cerca de 30 fotografias, das quais 6 compõem o corpus final deste artigo, selecionadas com base nos critérios de relevância histórico-geográfica, representatividade espacial e qualidade informacional. As imagens descartadas, embora pertinentes, não apresentavam dados suficientes de contextualização (autoria, data ou localização), o que comprometeria a análise interpretativa. Esse volume de material permitiu identificar padrões recorrentes de representação da paisagem, especialmente no que se refere à predominância de registros voltados à orla e à sub-representação das áreas de favela, aspecto que fundamenta a discussão sobre regime de visibilidade desenvolvida neste trabalho.

Os critérios de seleção das imagens foram: a) relevância histórico-geográfica (cenas que ilustram processos-chave de transformação urbana); b) representatividade espacial (diferentes setores do bairro: orla, ruas internas, morros); c) qualidade informacional (fotografias com data, autoria e contexto conhecidos); d) direitos de uso (imagens em domínio público ou com licença para reprodução acadêmica).

Organização e categorização temporal

As imagens selecionadas foram organizadas em dois períodos principais:

- Período 1: Final do século XIX – meados do século XX: caracterizado por paisagem natural e isolamento relativo, primeiras grandes intervenções (túneis, Avenida Atlântica), turistificação incipiente, início da verticalização e surgimento das primeiras favelas.
- Período 2: Meados do século XX – atualidade: marcado por intensificação da verticalização e especulação imobiliária, reformas expressivas da orla (duplicação da Avenida Atlântica, calçadão de Burle Marx), massificação do uso da praia, favelização consolidada e espetacularização via megaeventos.

Procedimentos de análise iconográfica e socioespacial

A análise das imagens seguiu três níveis complementares, inspirados em Kossoy (2001) e articulados ao olhar geográfico proposto por Gomes (2017):

- a) Nível Descritivo: identificação sistemática dos elementos visíveis na imagem (primeiro plano, plano médio, fundo; elementos naturais e construídos; presenças e ausências).
- b) Nível Interpretativo: compreensão dos sentidos culturais, simbólicos e das escolhas do fotógrafo (enquadramento, ângulo, tematização, narrativa visual).
- c) Nível Contextual e Geográfico: articulação da imagem com processos socioespaciais mais amplos, cruzando-a com fontes textuais, cartográficas e estatísticas, e relacionando-a a conceitos como modernização, segregação, turistificação e espetacularização.

Para garantir maior sistematicidade, a análise foi orientada por um protocolo interpretativo aplicado a todas as imagens, no qual cada fotografia foi examinada segundo os três níveis definidos. No nível descritivo, foram registrados elementos como formas de ocupação, infraestrutura, presença humana e aspectos naturais. No nível interpretativo, buscou-se compreender os sentidos atribuídos à imagem a partir de escolhas de enquadramento, foco e tematização. Já no nível contextual, as imagens foram relacionadas a processos socioespaciais mais amplos, com base no cruzamento com fontes textuais e cartográficas.

Este procedimento tripartido foi aplicado a todo o corpus, permitindo não apenas descrever mudanças, mas interpretar significados e vinculá-los a processos estruturantes. Um princípio metodológico fundamental foi analisar as ausências tanto quanto as presenças — investigando, por exemplo, por que as favelas, presentes no território desde os anos 1930, são raramente fotografadas nos registros oficiais das décadas de 1940 e 1950.

A comparação entre imagens de diferentes períodos constituiu procedimento central da análise, permitindo identificar (des)continuidades e transformações na paisagem, bem como mudanças nos padrões de representação visual. Esse exercício comparativo foi

fundamental para evidenciar tanto as alterações materiais do espaço quanto as permanências nos modos de ver e representar Copacabana.

Além de sua aplicação no campo da pesquisa, o procedimento analítico adotado apresenta potencial didático, podendo ser adaptado ao ensino de Geografia como estratégia para o desenvolvimento do olhar geográfico dos estudantes. A leitura orientada de imagens, estruturada em níveis descritivo, interpretativo e contextual, permite trabalhar com diferentes escalas de análise e estimular a compreensão crítica da paisagem como construção social (Novaes, 2011).

De Areal Remoto à Princesinha do Mar: a construção visual e material de Copacabana

Antes de se tornar sinônimo de praia, turismo e vida noturna, Copacabana era descrita como vasto areal, marcado por dunas, restingas e morros que a mantinham em relativo isolamento do restante da cidade. Sua paisagem, dominada pela força do mar e pelas formações arenosas, evocava cenário de transição entre natureza bruta e possibilidade futura de ocupação. É importante considerar, no entanto, a ocupação pretérita de grupos humanos na área, anterior mesmo à chegada dos projetos de urbanização. Como aponta Abreu (1987), a região não constituía vazio demográfico, sendo frequentada e habitada por pescadores e comunidades de origem indígena que imprimiram os primeiros usos e significados àqueles areais.



Figura 1. Marc Ferrez, Coleção Gilberto Ferrez Vista do sopé do morro do Leme, em 1890
Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles

A fotografia de Marc Ferrez (figura 1) documenta a condição morfológica de Copacabana na última década do século XIX, momento imediatamente anterior à sua integração forçada à cidade. O enquadramento enfatiza a grandiosidade e o caráter

"selvagem" da paisagem, representando Copacabana como fronteira natural. A ausência de marcas humanas visíveis constrói narrativa de "vazio", servindo como documento visual do isolamento geográfico do bairro antes das grandes intervenções.

Ao longo das décadas seguintes, Copacabana deixou de ser apenas fronteira geográfica para consolidar-se como espaço simbólico da cidade, associado à sofisticação, ao turismo internacional e à cultura praiana. Recebeu a alcunha de "Princesinha do Mar", título que reforçava sua centralidade na vida social carioca e na imagem do Brasil projetada para o mundo (O'Donnell, 2013). Essa construção simbólica, no entanto, foi seletiva: as imagens que consagraram o bairro privilegiaram determinados enquadramentos enquanto silenciavam outros.

Do Isolamento à Urbanidade: transformações da paisagem (século XIX – primeira metade do XX)

O processo de integração de Copacabana ao espaço urbano carioca teve início com a abertura do Túnel da Real Grandeza (Túnel Velho) em 1892 e, posteriormente, do Túnel do Leme (Túnel Novo) em 1904. Tais obras permitiram transpor as barreiras naturais representadas pelos morros, garantindo acesso regular ao bairro e despertando o interesse das elites, que passaram a identificá-lo como novo espaço privilegiado de moradia e lazer à beira-mar.



Figura 2. Juan Gutierrez. Túnel Velho, 1890. Rio de Janeiro, RJ
Fonte: acervo MHN

As imagens dos túneis documentam intervenções urbanísticas chave que catalisaram a malha viária e a rede de bondes, expondo a adequação da cidade às tendências globais de modernização. Essas transformações não se limitaram à dimensão física, mas redefiniram hierarquias sociais e territoriais, inserindo-se no modelo urbano altamente estratificado que caracterizou a evolução do Rio de Janeiro (Abreu, 1987).

As intervenções estenderam-se ao desenho da orla. A abertura da Avenida Atlântica, iniciada em 1906 e oficialmente inaugurada em 1919, consolidou o novo padrão estético e funcional da cidade moderna, voltada ao lazer, à valorização imobiliária e à circulação automobilística. O calçadão foi revestido com pedras portuguesas (basalto e calcita), e a avenida apresentava pistas duplas com iluminação no canteiro central, tornando-se um dos espaços mais modernos e sofisticados da capital federal.

É nesse contexto que surge um dos marcos mais emblemáticos da paisagem cultural de Copacabana: o Hotel Copacabana Palace, inaugurado em 1923. Sua edificação simbolizou nova etapa no processo de urbanização e valorização da orla, agora projetada para atender às exigências de elite cada vez mais cosmopolita. Inspirado na estética neoclássica europeia, o hotel transformou a Avenida Atlântica em cenário de glamour, alterando profundamente a percepção local e global sobre Copacabana.



Figura 3. *Augusto Malta*. Avenida Atlântica, reconstruída e com nova iluminação pública, c. 1919. Rio de Janeiro, RJ

Fonte: Acervo IMS

A vista aérea de 1928 (figura 4) evidencia paisagem já profundamente modificada, com ruas, avenidas, lotes e construções de baixa densidade. Destaca-se a imponência do Copacabana Palace e, ao lado, o complexo do Inhangá — três morros que avançavam até o mar, dois dos quais seriam posteriormente removidos em intervenções do poder público. Essas transformações refletem o avanço da especulação imobiliária e a aceleração do processo de valorização do solo urbano.



Figura 4. Thiele. Leme e Copacabana, em destaque o Hotel Copacabana Palace.
1928. Rio de Janeiro, RJ
Fonte: Acervo IMS

A verticalização intensificou-se a partir da década de 1940, impulsionada por legislações como o Código de Obras de 1937 e a Lei de Zoneamento de 1976, que permitiram edificações cada vez mais altas. Essa transformação se deu principalmente entre 1940 e 1950, quando a paisagem da orla passa de poucos sobrados para edifícios de 8 a 10 andares ocupando praticamente todos os lotes disponíveis (Caderman, 2016). Essa densificação não ocorreu sem conflitos, com reclamações de moradores sobre perda de ventilação e qualidade de vida.

Paralelamente ao processo de verticalização, as encostas dos morros do Pavão-Pavãozinho, Cantagalo, Chapéu-Mangueira e Babilônia começaram a ser ocupadas por populações de baixa renda expulsas das áreas valorizadas. Esse processo expressa a face excludente da urbanização carioca, marcada pela valorização seletiva do solo e pela reprodução das desigualdades espaciais (Abreu, 1987).

É significativo que poucas sejam as imagens que destacam esses espaços antes da década de 1970. A figura 5 configura-se como um dos registros mais antigos localizados, refletindo não apenas a ausência de interesse institucional em documentar espaços populares, mas a atuação de um regime de visibilidade (Gomes, 2013) que privilegia a representação da cidade “oficial” em detrimento das áreas consideradas marginais. Tal seletividade não é aleatória, mas responde a essa lógica de produção e circulação das imagens, privilegiando uma cidade idealizada, voltada ao turismo e à valorização imobiliária. Nesse contexto, a ausência recorrente das favelas nos registros fotográficos não indica sua inexistência, mas sim sua exclusão simbólica, evidenciando as relações de poder que orientam a construção visual da paisagem urbana.



Figura 5. André Hubert. Favela do Cantagalo vista do asfalto., 1963

Fonte: acervo pessoal de André Hubert

De Princesinha do Mar a Palco de Espetáculos: transformações recentes (segunda metade do século XX – início do século XXI)

A paisagem de Copacabana, que no início do século XX consolidou-se como símbolo de modernidade e distinção, adentra a segunda metade do século sob novos significados. Se no período anterior observou-se a passagem “do isolamento à urbanidade”, agora torna-se necessário compreender como essa mesma paisagem passou a expressar os efeitos contraditórios do crescimento urbano, da massificação do espaço e das transformações socioculturais.

Entre 1969 e 1971, a Zona Sul vivenciou grande transformação que redesenhou o perfil de um dos cartões-postais da cidade: a duplicação da Avenida Atlântica. Por meio do bombeamento de areia, o recuo entre as fachadas dos edifícios e a praia passou de cerca de 21 para 73 metros, ganhando-se novo calçadão com o icônico desenho em ondas de Burle Marx, áreas de estacionamento, seis pistas para veículos e interceptor oceânico para o esgoto do bairro. Essas intervenções ressignificaram profundamente a paisagem cultural de Copacabana, consolidando sua imagem de bairro moderno e cosmopolita integrado ao imaginário turístico.

A duplicação da via e o aumento da faixa de areia potencializaram a massificação do espaço urbano, intensificando a presença de turistas, ambulantes, eventos públicos e fluxos cotidianos. Copacabana consolidou-se como vitrine da cultura urbana carioca, mas simultaneamente evidenciou sinais de desgaste físico e social decorrentes da combinação entre envelhecimento do parque imobiliário, adensamento populacional e uso contínuo da orla.

Esse processo de ressignificação foi radicalmente intensificado a partir dos anos 1990, quando o bairro — precisamente por sua iconicidade — foi sistematicamente transformado em palco privilegiado para megaeventos. As emblemáticas festas de Réveillon tornaram-se espetáculo global televisionado a partir da virada de 1994 para 1995, com o show do britânico Rod Stewart, que arrastou 3,5 milhões de pessoas às areias de Copacabana.

A partir de então, o Réveillon de Copacabana consolidou-se como um dos maiores espetáculos públicos do mundo, tornando-se marca estruturante da identidade midiática e turística do bairro. Esse processo, contudo, não se resume a mudança de função turística: trata-se de fenômeno que reorganiza materialidades e sociabilidades. A espetacularização do espaço impõe lógica de exceção urbanística, na qual o bairro é submetido a sucessivas intervenções de requalificação — remodelações de calçadas, alterações nos fluxos viários, reforço de aparatos securitários e instalação de infraestruturas voltadas ao consumo massivo. Essas intervenções respondem antes ao imperativo de produzir cenários eficientes para transmissão televisiva do que às demandas cotidianas dos moradores.

É nesse cenário que emerge, a partir do final do século XX, o discurso que associa Copacabana à ideia de “decadência”. Tal narrativa relaciona-se ao envelhecimento dos edifícios, à presença de atividades informais, à saída de parte das elites para bairros vizinhos e à intensificação de problemas urbanos. Contudo, leitura geográfica mais atenta revela que esse discurso é menos expressão de declínio real e mais reconfiguração das centralidades simbólicas dentro da Zona Sul. Observa-se ressignificação da paisagem cultural: Copacabana permanece território vivo, densamente habitado, multifuncional e socialmente plural, onde convivem camadas históricas distintas — da modernidade dos arranha-céus ao cosmopolitismo turístico, das dinâmicas populares das favelas às práticas culturais da orla.



Figura 6. Multidão assiste a show de Rod Stewart na Praia de Copacabana no réveillon de 1994
Fonte: site O Globo, fotografia Leo Aversa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou as transformações da paisagem de Copacabana do século XIX ao XXI a partir de fotografias históricas, evidenciando como diferentes intervenções urbanas — abertura de túneis, construção e reformas da Avenida Atlântica, verticalização, desmontes de morros, favelização e megaeventos — reconfiguraram o bairro ao longo do tempo. Simultaneamente, buscou-se demonstrar a potência da fotografia como instrumento para o exercício do olhar geográfico crítico.

A análise iconográfica, estruturada em três níveis (descritivo, interpretativo e contextual), permitiu identificar que a paisagem de Copacabana resulta de processo cumulativo e contraditório, no qual modernização e exclusão, glamour e precariedade, monumentalidade e resistência popular coexistem e se tensionam. As fotografias — ao privilegiarem determinados enquadramentos e silenciarem outros — revelaram não apenas transformações materiais, mas também disputas simbólicas na construção da imagem do bairro. A presença/ausência das favelas nos registros fotográficos expõe regime de visibilidade que historicamente privilegiou a cidade oficial em detrimento dos territórios populares.

Do ponto de vista teórico, a articulação entre paisagem cultural (Sauer, 1925), olhar geográfico (Gomes, 2013) e fotografia como instrumento de pesquisa (Kossoy, 2001) mostrou-se fértil para interpretar as imagens como documentos que capturam a interação dialética entre sociedade, espaço e tempo. A fotografia revelou-se dispositivo privilegiado para acessar camadas temporais sobrepostas, identificar agentes sociais e problematizar intencionalidades que orientam a produção visual do espaço.

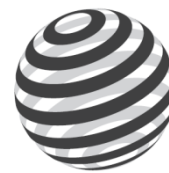
A pesquisa confirmou que Copacabana constitui microcosmo das dinâmicas urbanas do Rio de Janeiro: território onde convivem forças contrastantes desde o início do século XX. Esse mosaico de tensões expressa-se tanto na paisagem visível — arranha-céus, calçadão de Burle Marx, arenas de megaeventos — quanto nas práticas e grupos sociais que compõem e significam o bairro.

Além de sua aplicação no campo da pesquisa, o procedimento analítico adotado apresenta potencial didático, podendo ser adaptado ao ensino de Geografia como estratégia para o desenvolvimento do olhar geográfico dos estudantes (Novaes, 2011). A leitura orientada de imagens, estruturada em níveis descritivo, interpretativo e contextual, permite trabalhar com diferentes escalas de análise e estimular a compreensão crítica da paisagem como construção social.

Por fim, espera-se que este artigo contribua para a valorização das imagens como ferramentas de investigação socioespacial na Geografia. Mais do que reconstruir o passado de Copacabana, o trabalho convida a refletir sobre o presente e o futuro da paisagem urbana carioca, reconhecendo que seu entendimento exige a articulação entre memória, técnica, cultura e olhar crítico — exercício que as fotografias, sob as lentes do tempo, podem iluminar de forma privilegiada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio, 1987.
- BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *Caderno de Ciências da Terra*, São Paulo, n. 13, p. 1-27, 1971.



- CARDEMAN, David; CARDEMAN, Rogerio Goldfeld. O Rio de Janeiro nas alturas. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- GOMES, Paulo César da Costa. Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- KOSSOY, Boris. Fotografia & história. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- NOVAES, ANDRÉ REYES. Geografia Visual? Contribuições para Uso das Imagens na Difusão do Conhecimento Geográfico. Espaço e Cultura, n.30, p.6- 22, Jul./dez. Rio de Janeiro, 2011.
- O'DONNELL, Julia. A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAUER, Carl O. The morphology of landscape. University of California Publications in Geography, Berkeley, v. 2, n. 2, p. 19-53, 1925.
- SOUZA, André Felix de. Trajetórias do olhar geográfico. Terra Brasilis (Nova Série), n. 16, 2022.